



ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS) NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, CLAUDIO TINOCO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HILTON COELHO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Às 9h10, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da CMS para anunciar o início da audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU, com o tema Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura. Em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores: vereador Paulo Câmara, presidente da CMS; vereador Luiz Carlos de Souza, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Érico Mendonça, secretário de Cultura e Turismo de Salvador; Paulo Henrique de Almeida, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor em Economia e atual diretor da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia; Fernando Guerreiro, presidente da Fundação Gregório de Matos; e José Saraiva, representante do Conselho Municipal da Cidade. Na sequência, o senhor presidente saudou os presentes e ressaltou a disponibilidade da Casa ao debate em nome da calma e transparência no processo do PDDU, inclusive em oficinas promovidas por entidades, sempre com observância ao Regimento Interno (RI). Com a palavra, o vereador Luiz Carlos de Souza destacou a importância do tema da audiência, explicando que ele não se restringe aos correspondentes capítulos do PDDU, permeando outras partes do diploma. Comentou sobre o plano *Salvador 500* e a busca pela qualidade de vida para os cidadãos, com a participação deles próprios nas ações para tanto. Defendeu a importância dos grandes empreendimentos, especialmente os verticais, que considera mais adequados ao relevo da Cidade – desde que observados seus limites. Observou a criação de nova centralidade com a transferência da Rodoviária para a região próxima ao Acesso Norte, defendeu a criação de zonas mistas para se melhorar a mobilidade e disse ser contra a instalação de indústria junto a moradias. O secretário Érico Mendonça, exibindo *slides*, explicou a realidade do turismo baiano e suas perspectivas com o PDDU, com base na moderna noção de interação com a população. Demonstrou dados mundiais de expectativas de receitas para o setor que indicam lacunas na Cidade, a qual tem ampla rede de hospedagem e a maior movimentação aérea do Nordeste, sendo alvo de avaliação positiva dos visitantes, mas teve queda na realização de eventos internacionais. Com F-PL-006-00

relação a competitividade, explicou que Salvador está abaixo de outras capitais, mostrando vários itens avaliados nesse sentido, como infraestrutura. Quanto a diagnósticos, observou a queda da ocupação hoteleira fora do verão e do turismo estrangeiro de lazer, mas também o crescimento quanto aos viajantes a trabalho. Sobre receita, explicou ter ela correspondido a 10% do PIB em 2013. Com relação a tendências, disse que o turismo é atividade transversal, por envolver outros setores, e que o cenário antes do novo PDDU é de queda na baixa estação, o que deveria ser minorado após o novo diploma entrar em vigor, quando também seriam fomentados outros pontos de interesse além de sol e praia, envolvendo o Centro Antigo e o Litoral Norte – em relação ao qual vê Salvador como polo distribuidor. Ainda sobre as tendências, estimou redução no potencial de investimentos e explicou que haveria incentivo para se reverter o quadro, inclusive para o turismo náutico na Baía de Todos-os-Santos, e destacou a tecnologia como ferramenta, dando o exemplo da residência de Jorge Amado, onde ela fez a visitação aumentar. Considerou que os incrementos para o turismo podem minorar os problemas de segurança pública e expôs dados sobre os turistas de Salvador, como renda e gasto, que se mostra incipiente frente ao potencial da cidade. Comentou a previsão de eventos e outras ações para fortalecer a “marca” Salvador, eleita pela Unesco como Cidade Criativa, e apta a atividades socioculturais, e comentou ainda o projeto de inserção da população afrodescendente nos ganhos do turismo. Disse que as áreas constantes no Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) eram prioridade, apresentou quadro-resumo dos valores do Programa e disse que o contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estava praticamente fechado, esperando tê-lo assinado em abril. Concluiu destacando o aumento da diversidade de segmentos turísticos com ênfase no turismo cultural, o aumento de eventos como uma das estratégias de atração de visitantes, o aumento da qualidade da infraestrutura urbana e do tempo de permanência de quem visita a Cidade, que vem a gerar o aumento da receita e de empregos. O senhor Fernando Guerreiro disse considerar que a cultura é elemento central na construção de políticas públicas em qualquer que seja o lugar. Discorreu sobre a mudança do conceito de cultura, afirmando que ele é hoje muito mais abrangente, envolvendo a própria formação de um povo e, também, a geração de riqueza que existe no processo de economia da cultura. Disse ainda que o agente cultural é um profissional e deve estar envolvido na cadeia de cultura, e discorreu sobre as três dimensões da cultura: simbólica, cidadã e econômica. Leu o art. 35 e seu parágrafo 1º, do Capítulo I do Título V do Plano, e explicou como funciona o Sistema Municipal de Cultura (SMC), lembrando sobre ele já haver Lei aprovada, pelo quê agradeceu aos edis. Contou que este ano iria começar a ser feito o mapeamento das áreas de interesse cultural e destacou, no art. 36, o inciso I, e no art. 37, os incisos II e III. Opinou que Salvador tem uma vocação muito forte para a arte cultural, e

reforçou que essa arte se transforma em geração de riqueza, melhorando índices sociais. Mencionou outros dispositivos do PDDU, como os incisos IX e X do art. 38, aquele sobre o apoio aos mestres dos saberes, afirmando que eles são muito importantes e precisam ser de fato apoiados, e este sobre a revitalização de espaços, lembrando que, de um lado, há vários imóveis desocupados e, de outro, vários grupos precisando de locais para trabalhar, também lembrando que a atual gestão já reabriu o Teatro Gregório de Matos e a Casa do Benin, e defendendo intervenção imediata para transformar a vida do Centro Histórico. Comentou sobre a Seção I do Capítulo II, das orientações para o sistema educacional, ressaltando haver relação direta com a cultura, e destacou o trabalho do secretário Guilherme Bellintani com o reposicionamento do material didático da rede municipal de ensino. Tratou da diretriz de transformação da escola como espaço de criação, afirmando que, onde há produção de cultura, há redução dos índices de violência, e observando que a transformação das escolas em centros de cultura amplia a atuação da escola na comunidade. Também abordou a inclusão nos currículos escolares de educação patrimonial, história e cultura africana, afro-brasileira, história da Bahia e de Salvador, e o estímulo à formação de profissionais de educação em questões relacionadas à diversidade cultural. Também comentou sobre a Seção II, da produção e fomento às atividades culturais, mencionando o estímulo a projetos de comunicação, promoção da produção cultural de caráter local, parceria com o setor privado com limites, lançamento de editais, oferecimento de bolsas de incentivo, etc. Lembrou que há Lei que obriga *shoppings centers* a terem espaço cultural, mas disse não ver isso ir adiante e defendeu a fiscalização. Defendeu ainda a criação de pequenos palcos, dando como exemplo o palco *Toca Raul* criado no Rio Vermelho, afirmando ter recebido muitos pedidos de artistas para nele se apresentar, e destacou o trabalho *Poesia em Trânsito*, de um grupo que distribui poemas pelos ônibus da Cidade. Leu e destacou o inciso VI do art. 40, afirmando que, sem dirigismo cultural, cada bairro deve criar seus próprios projetos, o que considerou já estar muito mais democratizado, e também leu e comentou sobre a Seção III, do cadastramento e das informações, lembrando que estão fazendo um esforço para recuperar o Arquivo Público da Cidade e que já está prevista sua transferência para um novo prédio. Comentou a Seção IV, da Formação de Recursos Humanos, dizendo que, antes, qualquer um atuava no segmento artístico, e que se pretendia investir na formação para se afastar esse caráter amadorístico que obsta a geração de renda. Lembrou o período em que o Reitor Edgard Santos fez da Cidade um polo cultural, mediante a atração de profissionais mundialmente consagrados, e defendeu iniciativa semelhante, criticando a tendência do baiano de se supor autossuficiente. Quanto à Seção V, do Patrimônio Cultural, explicou já haver Lei Municipal e Conselho a respeito, através dos quais se promove tombamento. Ressaltou a importância da preservação da memória, do patrimônio arqueológico, das restaurações, etc., e

defendeu o uso adequado e produtivo dos bens tombados. Sobre a Seção VI, das Áreas de Valor Cultural, chamou a atenção para a memória construída nos locais de interesse não-cultural. Quanto à Seção VII, da Gestão Cultural, observou a transversalidade existente com outras áreas e a discussão sobre o financiamento, e defendeu a municipalização das produções – independência de elementos externos. Com a palavra, o professor Paulo Henrique de Almeida destacou a importância de Salvador para o País e disse ver no PDDU dispositivos para o desenvolvimento – sobre logística, construção civil, etc. Considerou haver exagero nas ações previstas para Cultura e Turismo, áreas cuja importância reconhece, mas vê superestimada com relação ao desenvolvimento da Cidade. Disse não ver um todo consistente no novo diploma, que aponte um futuro nesse sentido, e criticou a ausência de destaque para aquilo que realmente poderia afirmar a liderança de Salvador no Estado e no Nordeste, e seu destaque nacional. Opinou que o futuro da Cidade está no setor de serviços, por ter ela uma economia pós-industrial, mais de pessoas que de coisas, o que amplia a importância da mobilidade urbana, já que esse modelo econômico funciona à base de reuniões e eventos. Defendeu a expansão do Aeroporto e cogitou a construção de outro, bem como a necessidade de mais hotéis e centro de convenções. Disse se tratar de uma economia do conhecimento, pedindo investimento nisso, e também de uma economia de terceirização, modelo já largamente adotado na construção civil, que funciona através de uma sequência de subcontratações. Comentou sobre os serviços empresariais – de empresa para empresa –, vistos quando uma empresa contrata empréstimo com um banco e estudos de viabilidade com empresa do ramo, e etc. Defendeu a educação como atividade econômica, explicando que a UFBA injeta mais de um bilhão por ano na Cidade, o que tem efeito multiplicador. Observou que empresários e artistas são formados nas universidades e disse ver avanço na formação de pessoas no futuro, defendendo que o PDDU estivesse atento a isso, pela necessidade de áreas para novos *campi*. Disse que Salvador sempre recebeu estudantes, o que deveria ser estimulado, e mencionou algumas cidades onde isso é política oficial para aquecer a economia. Pediu a mesma atenção em relação à saúde, setor que emprega muito e paga impostos, observando que o envelhecimento da população vem aumentando a sua importância. Deu exemplos de polos que Salvador deveria seguir e opinou que Cuba, a partir da reabertura para os Estados Unidos, viveria um apogeu nesse sentido, pelo grande potencial acumulado. Defendeu que aquilo que já existe espontaneamente, como a centralização na Avenida Garibaldi e Itaipara, fosse organizado. Defendeu ainda a preservação do Porto de Salvador e o investimento em sedes empresariais, lembrando muitas que já foram perdidas. Concluiu dizendo que tudo isso depende de políticas públicas, razão da importância do PDDU. O senhor presidente registrou novas presenças de edis e representantes de instituições, e passou a condução dos trabalhos ao vereador Arnando Lessa. A vereadora

Aladilce Souza parabenizou pelas intervenções, que considerou esclarecedoras, e desejou que o PDDU contribuísse para tirar Salvador da “lanterna” em diversos índices, como ser a penúltima capital brasileira em arrecadação, problema que considerou estrutural, afirmando que não via o Projeto trilhar esse caminho. Afirmou ainda que não podia a arrecadação municipal se basear apenas em ISS e IPTU e que, independente de posições partidárias, todos tinham que prezar por esse objetivo. Considerou que o Projeto é uma grande carta de intenções sem metas, elogiou a fala do presidente Fernando Guerreiro, mas lembrou que ainda não há mapeamento das áreas. Disse que falta um maior detalhamento no Projeto e que não foram enviados os estudos técnicos. Disse ainda estar muito preocupada com a forma como a CMS iria fazer tramitar o Projeto e se ela teria condições de corrigi-lo, pois, caso contrário, ele seria letra morta. Afirmou que na última oficina do Ministério Público (MP) restaram bem definidas as operações urbanas consorciadas e pediu cuidado na apreciação do PDDU, afirmando que não se podia errar dessa vez. O senhor presidente informou que os presentes podiam dirigir perguntas aos membros da Mesa, mas apelou que se ativessem ao tema, e o cerimonialista complementou que formulários estavam disponíveis para tanto. A senhora Renata Proserpio, da diretoria da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – Seção Bahia (ABIH-BA), considerou o PDDU bem-feito e abrangente, afirmando entender que assim deveria ser, já que documentos complementares como a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) especificariam mais o seu conteúdo, e afirmou que encaminharia documento à Mesa. Observou que, quando se fala em turismo, fala-se da zona antiga de Salvador, mas que a Cidade cresceu e merece um novo olhar e atualização de conceitos. Disse que existe um grande polo hoteleiro no litoral norte da Cidade, ao qual se tem dado as costas, não havendo atração cultural nessa zona, mas, apenas, praias, havendo a necessidade de o turista ter que cruzar a cidade para aproveitar a noite em Salvador, razão pela qual questionou por que não criar um centro cultural na região. Leu disposição sobre as Zonas de Uso Especial (ZUE); destacou que o Parque de Exposições Agropecuárias é pouco usado, está degradado e requer que seja repensado para usos múltiplos; sugeriu que fosse definida uma ZUE específica para o Centro de Convenções; sugeriu também que, no art. 210, fosse enfatizada ciclovias em toda a borda marítima; e que, no art. 14, sobre o apoio ao turismo receptivo, fosse inserido o segmento do turismo de negócios. O vereador Arnando Lessa pediu maior objetividade da oradora, lembrando que ela encaminharia documento à Mesa, e um cidadão da plateia a defendeu, dizendo que ela fazia o que o PDDU deveria fazer. Continuando, a oradora concluiu pedindo que houvesse diminuição do acesso de carros às praias; que nenhuma peça publicitária fosse colocada na borda marítima impedindo a vista ao mar; e que houvesse espaço específico, nas paradas de ônibus, para que motoristas e cobradores pudessem realizar suas refeições. O senhor presidente voltou a pedir respeito ao

tempo de fala, lembrando que ainda havia muitos a se pronunciar, e questionou se havia algum representante do MP presente, tendo sido constatado não haver. Foi solicitado por alguns edis e outras pessoas presentes que mais cidadãos fossem intercalados entre as falas dos vereadores, o que foi acatado pela Mesa. O vereador Hilton Coelho solidarizou-se com os servidores da Casa com relação à busca do seu Plano de Cargos e Vencimentos. Considerou que as escolhas sobre o PDDU são de cunho político, o que levava à inconsistência apontada por intelectuais e técnicos, pela qual questões principais eram tratadas como secundárias. Considerou o prazo, até abril, curto para sanar os problemas existentes, e lembrou ter proposto, na audiência anterior, novo calendário. Comentou o tratamento dado ao Centro Histórico, que via insuficiente, enquanto outras áreas eram alvo de excessiva atenção das ações do PDDU, e criticou a operação consorciada como instrumento de ação. O senhor presidente disse que tinham sido poucas as propostas sobre o Regimento enviadas após a última audiência, dentro do prazo de 72h aberto a todos. Em seguida, a palavra foi dada ao professor Paulo Henrique de Almeida, que observou que nem tudo é matéria de PDDU, competindo a maior parte das questões à legislação. Disse que sua luta é antiga, desde quando não havia turismo propriamente dito, o que veio a ser criado pelo estado, e que é difícil convencer as pessoas a verem educação e saúde como atividades econômicas. O senhor presidente explicou que os questionamentos seriam respondidos na audiência, à exceção de um do senhor Marcos Galindo, que demandava resposta técnica. Com a palavra, a senhora Ana Camila observou que não se fazia discussão do Regimento Interno das audiências e indagou o que o PDDU previa para a cultura para além do que é associado ao turismo. Disse não ver metas, mas, apenas, carta de intenções, e que, desse modo, as pessoas não teriam como cobrar resultados. Disse também duvidar dos incentivos, por observar que investimentos eram feitos em ações menores como as do *Pelourinho Dia e Noite*, e criticou os baixos cachês pagos aos artistas através desse projeto. Pediu que houvesse um texto mais claro e específico, com propostas e suas garantias. O senhor presidente disse que estava sendo seguido o Regimento publicado, até com margens de tolerância, e que eventuais discordâncias eram naturais. O senhor Fernando Guerreiro explicou que sua fala sobre cultura não a associava ao turismo e enumerou diversas ações realizadas e em curso, desse modo refutando o que acabava de dizer a oradora. O secretário Érico Mendonça disse também não haver associado cultura a turismo, tendo apenas mencionado o turismo cultural, entre outras possibilidades. Com a palavra, o senhor Joaquim Laranjeira considerou arrogante a postura do professor Paulo Henrique de Almeida sobre a terceirização, formato que afirmou ser rejeitado pelos trabalhadores sindicalizados, e que só vê possível como medida residual, afirmando que os patrões não respeitam os direitos do trabalhador nessa modalidade. Criticou a falta de acessibilidade na Escola Politécnica da UFBA, o que desatende a Decreto, e opinou que a

indústria tem influência sobre o turismo, dando o exemplo de parques industriais que evidenciam novas áreas de interesse. Concluiu apontando imoralidade no fato de um ex-presidente da seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA) atuar como advogado do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Salvador (SETPS). O vereador Everaldo Augusto observou que o PDDU não pode ter “mil e uma utilidades”. Lembrou que Salvador tem muitas carências e demandas, e que, no último PDDU, foi perdida a oportunidade de sanar alguns desses problemas. Concordou com o professor Paulo Henrique quanto às partes do PDDU estarem desconectadas e registrou algumas de suas constatações: disse que há uma grande pressão para que o PDDU resolva derrubar a legislação ambiental vigente para promover a Linha Viva, operações consorciadas e verticalizações, e que a outra parte do Plano consiste apenas em carta de intenções. Considerou incompleta a parte do Plano voltada ao turismo e, por outro lado, completa demais a voltada à cultura, e reforçou a necessidade de haver metas no Plano. A senhora Maria Alice Pereira, mestranda em Arquitetura, registrou que, em novembro de 2015, a Faculdade de Arquitetura realizou um seminário do qual resultou um relatório com vinte propostas a serem apresentadas nesta Audiência. Ademais, tratou sobre seu projeto de mestrado, que tem como tema a Pedra de Xangô. Lembrou que muitos terreiros de Candomblé são considerados terreiros de laje e usam espaços verdes públicos para realizar muitas de suas atividades, e afirmou que, atualmente, estima-se haver mais de 500 terreiros em Cajazeiras. Informou que o PDDU prevê o Parque da Pedra de Xangô e o da Fazenda Grande II, mas que, com relação ao primeiro, faz referência apenas à área circunscrita à Pedra; afirmou que o previsto no documento não atende ao povo-de-santo; e concluiu dizendo que as áreas por ele utilizadas estavam sendo catalogadas para que houvesse ampliação do espaço destinado ao Parque da Pedra de Xangô. O professor Paulo Henrique agradeceu pelo convite e despediu-se de todos em razão de outro compromisso. O senhor presidente convidou o professor Paulo César Miguez, vice-reitor da UFBA, para compor a Mesa. Em seguida, informou estarem acatando solicitações para realização de novas audiências, já estando previstas na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), no Subúrbio e em Cajazeiras, e sugeriu a realização de uma na UFBA. O professor Paulo Miguez pediu desculpas pelo atraso, explicando ter composto uma banca examinadora, em seguida deparando com um engarrafamento nos Barris, e aceitou a sugestão de realização de uma audiência pública na UFBA. Disse que Salvador sempre foi uma cidade pré-industrial, mas com vocação pós-industrial, a qual o PDDU deveria explorar para torná-la mais justa. O senhor Mozart Estrela observou que um novo PDDU gera novas expectativas a produtores e artistas e pediu que, minimamente, nele constassem prazos para que esses profissionais pudessem ter um horizonte e se organizar. Sugeriu que todo artigo sobre a cultura fosse cumprido a curto prazo e disse que

a consultoria chamada mostra que não tem identidade, pois propõe novas centralidades, mas não reconhece as que já existem. Questionou se a Prefeitura teria largado o “pepino” de um ano para a CMS resolver em três meses e ressaltou que vários palestrantes já destacaram sua inconsistência. O senhor presidente leu a lista das entidades e dos edis inscritos para fala e convidou o vereador Geraldo Júnior para assumir a condução dos trabalhos. O vereador Léo Prates pediu atenção ao tema discutido e que não se fizesse confusão entre matéria de PDDU e de LOUOS. Observou que o Projeto discutido estava na Casa havia três meses para que se fizessem propostas e contou vir estudando o PDDU de São Paulo como referência. Parabenizou a ABIH-BA por trazer documento escrito, e também o acordo que garantiu o respeito ao RI e à ordem dos falantes. Declarou-se disponível para qualquer debate ou oficina e discordou quanto à possível escassez de tempo, opinando que só a prática poderia apontar isso. Com a palavra, o senhor Carl Hauenschild, citando a Resolução n. 25 do Ministério das Cidades, afirmou que a audiência era para se ouvir o público, e não os vereadores. Observou que o PDDU define a política de desenvolvimento urbano e afirmou que a discussão sobre ele deveria centrar-se na função social da propriedade, que deveria ser posta em prática através de mapeamento de áreas de interesse social. Observou ainda que a Constituição traça linhas gerais nesse sentido, e que o PDDU é a única lei inter-setorial, e propôs, para a sua concretização, que se criasse, para cada diretriz, uma estratégia. O senhor presidente disse que todos os vereadores representam o povo, por tal razão tendo voz na audiência. Um dos presentes tomou a palavra para dizer que o senhor Carl não havia tentado suprimir as falas dos vereadores, mas sim, defendido prioridade para os populares. Com a palavra, a senhora Sol Rodrigues, da Associação de Cassange, disse ver o turismo obsoleto, necessitado de novas perspectivas. Pediu atenção ao Vetor Ipitanga, no qual se inclui a região que representava, que tem forte presença de matriz africana. Explicou haver forte especulação imobiliária nessa área em função do programa *Minha Casa, Minha Vida* e defendeu o desenvolvimento próprio do lugar, baseado no turismo, dando detalhes do seu projeto de turismo sustentável. Concluiu afirmando que os turistas querem, mais do que praia, história. O vereador Sílvio Humberto lamentou não ter visto as primeiras apresentações, mas disse ter visto a do professor Paulo Henrique, sobre a qual comentou, dizendo concordar que a economia em Salvador é de serviços, do conhecimento e de pessoas, mas questionando como tratar o PDDU sob esse foco sem tratar o caráter estruturante do racismo. Considerou que o Plano não dialoga com essa questão e indagou se o que tem ficaria na retórica. Afirmou que o estado teria que reconhecer o potencial das pessoas negras e que, se se quiser um novo paradigma, tem que se trazer uma nova centralidade. Afirmou ainda que os negros não precisam de reparação cultural, pois já há muitas entidades que a realizam, mas, de reparação econômica e de políticas públicas, as quais, sem recorte racial e de gênero, não se realizam

verdadeiramente. Lembrou que na UFBA não havia diversidade, mas, com ações afirmativas, passou a haver, e voltou a defender o combate ao caráter estruturante do racismo. O senhor Henrique Barreiros explicou ser um arquiteto que resolveu se ater a promover interesses coletivos e considerou que tudo estava errado no PDDU. Contou que, quando o prefeito levou pessoas ao Hotel da Bahia para falar sobre o novo PDDU, ele criou a expectativa de que alguém entendia o que é um plano a longo prazo. Disse que um plano envolve metas de curto, médio e longo prazo, e envolve ainda disponibilizar recursos e assumir compromissos. Disse ainda que não adianta ter ideias sem as situar no tempo e pediu que a senhora Tânia Scofield se responsabilizasse pela falta de transparência na parte técnica, e o secretário Sílvio Pinheiro, pela parte jurídica. A senhora Bianca afirmou que quem não tem expertise fica voando, apontou obscuridade e disse que a audiência no MP foi mais clara. Disse também que, se o Plano não alcança o cidadão, a seu ver, ele não tem validade alguma, bem como se ele não aborda questões tecnológicas e ambientais. Considerou que o afrodescendente não tem que ser incluído, pois a Cidade também é dele, e que o termo inclusão acaba sendo segregador. Afirmou que privatização e terceirização não são o caminho, pois significam retrocesso nos direitos trabalhistas, e que incluir o cidadão trazendo profissionais de fora é uma opção política segregadora. Concluiu pedindo a criação de um espaço cultural acessível a todos. O vereador Claudio Tinoco endossou as palavras do senhor presidente sobre a participação dos vereadores e deu o exemplo de si próprio, que tem estudos em administração pública que o credenciam à discussão em curso. Elogiou as diretrizes do PDDU e disse ver perda no turismo como negócio. Criticou a decisão do Governo do Estado de criar centro de convenções no Comércio, indagando se a Cidade queria isso, e considerou que, além da dimensão negocial, o turismo deve albergar a dimensão social e comunitária. Concluiu citando o art. 14 do PDDU e afirmando faltar incentivo a serviços nas praias. Com a palavra, o senhor Daniel Colina afirmou que não é apenas a universidade que responde pela cultura e disse ver a educação, cultura e lazer como elementares para as crianças que, sem isso, seguem para a criminalidade. Comentou ideias de Anísio Teixeira sobre a escola-parque e disse que o setor empresarial estava ausente do debate. Ressaltou na necessidade de se saber o que seria feito na região de Águas Claras, com a nova Rodoviária, e defendeu plano urbanístico para regiões como o Subúrbio Ferroviário e a Baía de Todos-os-Santos, bem como a criação do plano metropolitano. Com a palavra, o senhor Cláudio Silva considerou que o PDDU se inseria numa perspectiva de trinta anos, não podendo se ater a questões pontuais, mas devendo ser objetivo o bastante em certos aspectos. Comentou as inovações de mobilidade urbana geradas com o Metrô e indagou se as pessoas estariam preparadas para suas consequências, como a diversidade da Cidade emergindo. Afirmou que os especialistas não estavam desempenhando papel central no processo do PDDU

e pediu discussão sobre sua importância como propulsor econômico. Com a palavra, o professor Paulo Henrique de Almeida defendeu a integração dos elementos sobre os quais havia tratado. O vereador Paulo Magalhães Júnior disse que esse era o maior PDDU do qual já participara em seus quatro mandatos, afirmando não ter havido dissociação da LOUOS nos outros, o que pode ter sido um equívoco, agora corrigido. Disse que não se podia procrastinar o tempo, mas sim, trazer sugestões e soluções, afirmando que a CMS iria melhorar o Plano, o que não fora feito no passado, quando se acovardou e o piorou com a aprovação de diversas emendas. Disse ainda que o curto prazo é para dar sugestões, o médio, votar o Plano, e o longo, colher os frutos. Afirmou que Salvador atualmente era uma cidade diferente e ressaltou o trabalho do prefeito ACM Neto. O vereador Gilmar Santiago disse que talvez fosse preciso rever o modelo das audiências públicas e questionou se todas ocorreriam no mesmo recinto em que estavam. Considerou que o nível dos debates na audiência do MP foi mais elevado e qualificado, e que poucas contribuições da sociedade civil saíram desta audiência. Pediu que fossem realizadas audiências públicas da CMS, e não de vereadores, fora do Centro de Cultura da Casa, e concordou com o vereador Sílvio Humberto quanto ao PDDU dever ter como nexos a reparação, afirmando que a desigualdade é estruturada no racismo. Questionou se o modelo de desenvolvimento econômico adotado era capaz de tirar Salvador da situação atual e criticou a economia central que espalha a economia da miséria para outras áreas. Disse que o Plano não fala da economia popular e dos ambulantes, da mesma forma como tinha vereador que não queria prostituta no Rio Vermelho. Disse ainda que era preciso ver de que forma se qualificariam as audiências públicas da Casa e concluiu dizendo concordar com o senhor Carl sobre os prazos e metas. Retomando a condução dos trabalhos, e diante de reações desfavoráveis à fala do orador, o senhor presidente Paulo Câmara pediu desculpas em nome da instituição a quem tivesse se sentido ofendido. O vereador Joceval Rodrigues lamentou o fato ocorrido justo em uma audiência pública que discutia os problemas da Cidade, em especial a área econômica, na qual se apresenta, a seu ver, o maior problema de Salvador, que é a baixa arrecadação. Considerou o acontecimento uma tentativa grosseira de desviar a atenção do que verdadeiramente importava, e questionou quais foram as contribuições dadas, lembrando que para isso servia uma audiência pública. Disse concordar com questionamentos sobre a participação dos edis, mas disse ser desmotivador sair da audiência sem contribuições. Observou que muitas pessoas presentes são representantes de entidades e desejou que o cidadão comum pudesse ter uma cartilha para entender melhor sobre o PDDU. Concluiu dizendo que faltava respeito ao Poder Legislativo, a quem cabia melhorar o documento. Foi lida a Súmula da Ata da audiência pública anterior, realizada em 16 de dezembro de 2015, tendo, na sequência, sido solicitadas as seguintes retificações: inclusão do nome do vereador Antônio

Mário na lista de vereadores presentes à referida audiência; correção do sobrenome do senhor Henrique, de Barreto para Barreiros; e alteração da fala do senhor Marcos Sampaio sobre a promotora Hortência Pinho, pois ele havia perguntado se ela não tinha sido convidada a participar da audiência, e não o porquê de não estar presente. Pela ordem, o senhor Carl Hauenschild perguntou se os questionamentos feitos seriam respondidos, tendo o senhor presidente dito que as respostas já tinham sido disponibilizadas no *site* da CMS. O secretário Érico Mendonça agradeceu pelo convite, lamentou as ausências e colocou-se à disposição da CMS. O vereador Luiz Carlos de Souza destacou a importância de todos os presentes e disse que cada edil tinha sua história e contribuição própria neste processo do PDDU. Observou que os projetos do Executivo não saem da Casa sem emendas e disse esperar que assim acontecesse com o do PDDU. Disse ainda querer discutir estratégias sobre o baixo índice de turistas estrangeiros e criticou as condições do Porto e do Aeroporto de Salvador. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e disse haver percebido os sentimentos da população. Informou a realização de outras audiências e oficinas e elogiou esta audiência, considerando-a mais produtiva que a anterior. Agradeceu aos membros da Mesa, aos vereadores e aos demais, e informou que a próxima audiência pública seria realizada no dia 23 de fevereiro. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, e nós, Fernanda Fontainha e Cyro Serpa, que secretariamos, lavramos esta Ata, que será assinada pelo presidente da Casa e pelos presidentes da CCJ; Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Comissão Especial do PDDU.

Presidente da Câmara Municipal de Salvador

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Presidente da Comissão Especial do PDDU